



Scana  
AS  
S  
JAP

# **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO**

**Anexo**

**31 Dezembro de 2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
1.1	Denominação da entidade .....	4
1.2	Sede social.....	4
1.3	Natureza da atividade .....	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata .....	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final .....	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1	Referencial Contabilístico .....	4
2.2	Derrogações .....	5
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	5
3.1	Principais politicas contabilísticas .....	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração.....	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação .....	5
3.1.1.2	Politicas de reconhecimento e Mensuração .....	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas .....	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro.....	12
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas .....	13
3.2	Alterações nas politicas contabilísticas .....	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas .....	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	13
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
5	Ativos Intangíveis .....	15
6	Inventários .....	16
7	Rendimentos e Gastos .....	16
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	17
9	Benefícios dos empregados .....	18
10	Acontecimentos após data de Balanço.....	18
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	19
12	Outras Divulgações .....	19

12.1 Outras contas a receber.....	19
12.2 Diferimentos .....	19
12.3 Outros Ativos Financeiros .....	19
12.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	20
12.5 Fundos Patrimoniais.....	20
12.6 Fornecedores .....	20
12.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	21
12.8 Outras Contas a Pagar.....	21
12.9 Subsídios, doações e legados à exploração .....	21
12.10 Fornecimentos e serviços externos.....	22
12.11 Outros rendimentos e ganhos .....	22
12.12 Outros gastos e perdas .....	22
12.13 Resultados Financeiros .....	23

*JPS  
C  
Joaquim  
JPS  
Joaquim*

## **1 Identificação da Entidade**

---

### **1.1 Denominação da entidade**

---

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

### **1.2 Sede social**

---

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

### **1.3 Natureza da atividade**

---

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

### **1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata**

---

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

### **1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final**

---

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

---

### **2.1 Referencial Contabilístico**

---

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo

*(Assinatura)*

## **2.2 Derrogações**

---

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

## **2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis**

---

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

## **3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

### **3.1 Principais políticas contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

#### **3.1.1 Bases Gerais de Mensuração**

---

##### **3.1.1.1 Bases de Apresentação**

---

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

*(Handwritten signatures and initials)*

### **Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "AB" at the top right, followed by several smaller, illegible signatures or initials below it.

### **3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração**

#### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 15 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### **Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

### **Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

### **Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

*[Handwritten signatures]*

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **Subsídios e apoios ao governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

### **Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

#### **Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

#### **Rérito**

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos

#### **3.1.2 Outras políticas contabilísticas**

Nada a referir

#### **3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê,

*[Handwritten signatures]*

num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

### **3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospectiva.

## **3.2 Alterações nas políticas contabilísticas**

Nada a referir

## **3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas**

Nada a referir

## **3.4 Correção de erros de períodos anteriores**

Nada a referir

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	2 787 904,62 €	89 859,79 €				2 877 764,41 €
Equipamento básico	357 905,53 €	8 435,39 €				366 340,92 €
Equipamento de transporte	62 056,64 €					62 056,64 €
Equipamento administrativo	138 338,20 €	8 787,34 €				147 125,54 €
Outros Ativos fixos tangíveis	23 446,82 €					23 446,82 €
Investimentos em Curso		125 166,60 €				125 166,60 €
<b>Total</b>	<b>3 369 651,81 €</b>	<b>232 249,12 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 601 900,93 €</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	606 026,35 €	203 494,74 €				809 521,09 €
Equipamento básico	196 020,03 €	31 775,63 €				227 795,66 €
Equipamento de transporte	43 813,25 €	4 560,85 €				48 374,10 €
Equipamento administrativo	81 346,55 €	21 560,99 €				102 907,54 €
Outros Ativos fixos tangíveis	14 339,39 €	4 050,90 €				18 390,29 €
<b>Total</b>	<b>941 545,57 €</b>	<b>265 443,11 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 206 988,68 €</b>

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	2 773 396,61 €	14 508,01 €				2 787 904,62 €
Equipamento básico	350 918,98 €	6 986,55 €				357 905,53 €
Equipamento de transporte	62 695,90 €	22 804,24 €	23 443,50 €			62 056,64 €
Equipamento administrativo	105 606,61 €	32 731,59 €				138 338,20 €
Outros Ativos fixos tangíveis	18 764,74 €	4 682,08 €				23 446,82 €
<b>Total</b>	<b>3 311 382,84 €</b>	<b>81 712,47 €</b>	<b>23 443,50 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 369 651,81 €</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	407 321,93 €	198 704,42 €				606 026,35 €
Equipamento básico	165 025,19 €	30 994,84 €				196 020,03 €
Equipamento de transporte	62 695,90 €	4 560,85 €	23 443,50 €			43 813,25 €
Equipamento administrativo	66 568,94 €	14 777,61 €				81 346,55 €
Outros Ativos fixos tangíveis	9 627,61 €	4 711,78 €				14 339,39 €
<b>Total</b>	<b>711 239,57 €</b>	<b>253 749,50 €</b>	<b>23 443,50 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>941 545,57 €</b>

## 5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	9 505,67 €				9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	8 926,97 €	578,70 €			9 505,67 €
Total	8 926,97 €	578,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Descrição	2016				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
<b>Custo</b>					
Programas de Computador	8 716,01 €	789,66 €			9 505,67 €
Total	8 716,01 €	789,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Programas de Computador	7 558,77 €	1 368,20 €			8 926,97 €
Total	4 925,96	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		3 253,70 €		3 253,70 €	
Total	0,00 €	3 253,70 €	0,00 €	3 253,70 €	0,00 €

Descrição	2016				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		3 059,58 €		3 059,58 €	
Total	0,00 €	3 059,58 €	0,00 €	3 059,58 €	0,00 €

## 7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	983 401,85 €	947 667,44 €
Juros	1 995,92 €	2 526,35 €
Total	985 397,77 €	950 193,79 €

## **8 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS, EP-Centro distrital	615 814,92 €	601 290,62 €
Outros subsídios	30 908,49 €	26 438,77 €
Total	<b>646 723,41 €</b>	<b>627 729,39 €</b>
<b>Apoios do Governo</b>		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	1 083 680,92 €	1 204 624,72 €
Câmara Municipal de Matosinhos	481 227,06 €	531 541,60 €
Donativos particulares	122 736,81 €	132 964,89 €
Para outros investimentos:		
Câmara Municipal de Matosinhos	193 682,44 €	104 910,00 €
Total	<b>1 881 327,23 €</b>	<b>1 974 041,21 €</b>

### Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2017 e 2016 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do CSPPAFP, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 15.9).

### Apoios do Governo

Os subsídios ao investimento recebidos do Governo estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito. Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil e com a aquisição de viaturas, que estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.



Durante o exercício de 2017 foi recebido um subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos no montante de 100.000,00€. Este montante foi aplicado na colocação de um envidraçado para fecho de um espaço existente num dos edifícios. À data do encerramento do exercício, este investimento mantinha-se em curso. Por essa razão, o rendimento só será reconhecido em resultados, em harmonia com a reintegração do ativo.

## **9 Benefícios dos empregados**

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 73 e em 31/12/2016 foi de 70.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	766 212,90 €	639 626,19 €
Indemnizações	587,25 €	829,00 €
Encargos sobre as Remunerações	171 842,56 €	149 744,91 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 196,66 €	7 513,66 €
Outros Gastos com o Pessoal	43 975,22 €	39 096,65 €
<b>Total</b>	<b>992 814,59 €</b>	<b>836 810,41 €</b>

## **10 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 26 de Março de 2018.

## **11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

AB  
/  
T  
Jma 7  
H  
Hoans

## **12 Outras Divulgações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### **12.1 Outras contas a receber**

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	31 137,20 €	35 538,07 €
Outros Devedores	4 276,26 €	28 590,76 €
Total	<b>35 413,46 €</b>	<b>64 128,83 €</b>

### **12.2 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	3 469,89 €	2 702,57 €
Outros gastos a reconhecer	2 666,71 €	519,72 €
Total	<b>6 136,60 €</b>	<b>3 222,29 €</b>

### **12.3 Outros Ativos Financeiros**

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
BCP-Obrigações Subordinadas	8 931,42 €	8 538,06 €
Total	<b>8 931,42 €</b>	<b>8 538,06 €</b>

## 12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:



Descrição	2017	2016
Caixa	112,10 €	127,05 €
Depósitos à orden	29 095,72 €	59 866,30 €
Depósitos a prazo	223 500,00 €	321 000,00 €
Total	<b>252 707,82 €</b>	<b>380 993,35 €</b>

## 12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	73 958,29 €	166 575,66 €		240 533,95 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 974 738,21 €	100 000,00 €	192 713,98 €	1 882 024,23 €
Total	<b>2 048 696,50 €</b>	<b>266 575,66 €</b>	<b>192 713,98 €</b>	<b>2 122 558,18 €</b>

O acréscimo verificado em “Resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2016, conforme deliberado pela Direção.

As variações em “Outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se, respetivamente, ao subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos (ver nota 8) e a imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhes estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.11).

## 12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	97 414,68 €	108 292,57 €
Total	<b>97 414,68 €</b>	<b>108 292,57 €</b>

## 12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:



Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	22,85 €	223,36 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	30 388,89 €	16 596,06 €
<b>Total</b>	<b>30 411,74 €</b>	<b>16 819,42 €</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	478,86 €	1 863,22 €
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas SinguLares (IRS)	5 205,50 €	3 722,83 €
Segurança Social	19 623,67 €	16 985,80 €
<b>Total</b>	<b>25 308,03 €</b>	<b>22 571,85 €</b>

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

## 12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		12,00 €		5,88 €
Fornecedores de Investimentos		22 295,24 €		58 617,82 €
Credores por acréscimo de gastos		131 601,51 €		124 249,29 €
Outros credores		3 708,13 €		4 377,12 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>157 616,88 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>187 250,11 €</b>

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2017 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2018.

## 12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	615 814,92 €	601 290,62 €
Subsídios de outras entidades	30 908,49 €	26 438,77 €
<b>Total</b>	<b>646 723,41 €</b>	<b>627 729,39 €</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

## 12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:



Descrição	2017	2016
Subcontratos	307 731,98 €	270 171,01 €
Serviços especializados	107 183,20 €	101 413,16 €
Materiais	34 620,97 €	52 829,93 €
Energia e fluidos	58 293,72 €	62 270,97 €
Deslocações, estadas e transportes	453,00 €	1 996,80 €
Serviços diversos	71 731,46 €	65 978,71 €
Encargos com utentes	2 183,91 €	3 886,15 €
<b>Total</b>	<b>582 198,24 €</b>	<b>558 546,73 €</b>

## 12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	58 997,18 €	63 965,97 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,07 €	35,61 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		1 500,00 €
Outros rendimentos e ganhos	199 372,67 €	205 184,57 €
<b>Total</b>	<b>258 369,92 €</b>	<b>270 686,15 €</b>

O saldo da rubrica “Outros rendimentos e ganhos” inclui o montante de 192.733,98 relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados.

## 12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1 295,17 €	1 094,62 €
Perdas em inventários		
Outros Gastos e Perdas	20 790,27 €	12 787,91 €
<b>Total</b>	<b>22 085,44 €</b>	<b>13 882,53 €</b>

### 12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	8 555,69 €	14 148,60 €
Multas e penalidades	114,25 €	462,50 €
Outros gastos e perdas de financiamento	0,76 €	5,62 €
Total	<b>8 670,70 €</b>	<b>14 616,72 €</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	1 995,92 €	2 526,35 €
Total	<b>1 995,92 €</b>	<b>2 526,35 €</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-6 674,78 €</b>	<b>-12 090,37 €</b>

PERAFITA, 26 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

Florânia José Gomes Soares

CC 41263

A Direção

João António de Sousa Gomes  
Márcia Sofia Dias Costa Ferreira  
João Pedro Carvalho

**CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO  
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2017**

**Contribuinte: 503553573  
Moeda: (Valores em Euros)**

<b>RÚBRICAS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>DATAS</b>	
		<b>31 REG 2017</b>	<b>31 REG 2016</b>
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		2 394 912,25	2 428 106,24
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	578,70
Investimentos financeiros		6 247,61	3 618,95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>2 401 159,86</b>	<b>2 432 303,89</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		1 103,22	0,00
Estado e outros entes públicos		30 411,74	16 819,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		6 136,60	3 222,29
Outros ativos correntes		44 344,88	72 666,89
Caixa e depósitos bancários		252 707,82	380 993,35
		<b>334 704,26</b>	<b>473 701,95</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 735 864,12</b>	<b>2 906 005,84</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		240 533,95	73 958,29
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 882 024,23	1 974 738,21
		<b>2 122 558,18</b>	<b>2 048 696,50</b>
Resultado líquido do período		15 446,62	166 575,66
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 138 004,80</b>	<b>2 215 272,16</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		261 063,12	317 533,20
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>261 063,12</b>	<b>317 533,20</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		97 414,68	108 292,57
Estado e outros entes públicos		25 308,03	22 571,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		56 456,61	55 085,95
Rendimentos a reconhecer		0,00	0,00
Outros passivos correntes		157 616,88	187 250,11
		<b>336 796,20</b>	<b>373 200,48</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>597 859,32</b>	<b>690 733,68</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 735 864,12</b>	<b>2 906 005,84</b>

A Direcção

José António da Serra Barros  
Presidente das Direções Gerais  
e - 20 anos e 00 - 5  
J. António da Serra Barros

O responsável

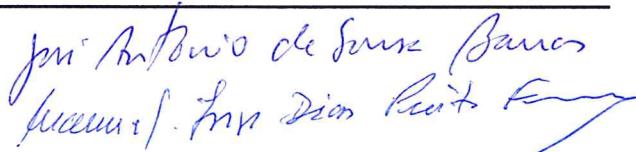
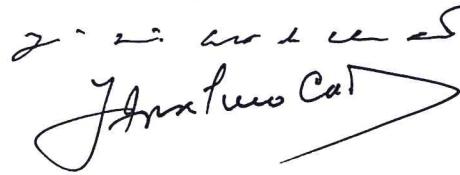
José António da Serra Barros  
e e 41263

**CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA**  
**PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	NOTAS	<b>PERÍODOS</b>	
		<b>2017</b>	<b>2016</b>
Vendas e serviços prestados		983.401,85	947.667,44
Subsídios, doações e legados à exploração		646.723,41	627.729,39
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		3.253,70	3.059,58
Fornecimentos e serviços externos		582.198,24	558.546,73
Gastos com o pessoal		992.814,59	836.810,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		258.369,92	270.686,15
Outros gastos e perdas		22.085,44	13.882,53
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>288.143,21</b>	<b>433.783,73</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		266.021,81	255.117,70
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>22.121,40</b>	<b>178.666,03</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		1.995,92	2.526,35
Juros e gastos similares suportados		8.670,70	14.616,72
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>15.446,62</b>	<b>166.575,66</b>
		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>15.446,62</b>	<b>166.575,66</b>

  
 João Antônio de Souza Barros  
 Presidente da Diretoria Executiva  
  
 José Gomes Soares  
 Diretor Financeiro

  
 Paula José Gomes Soares  
 cc 41263



# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

## Índice

1.	Identificação da Entidade .....	2
2.	Síntese .....	2
3.	Volume de negócios .....	3
4.	Utentes .....	4
5.	Eventos e atividades.....	5
6.	Situação Contributiva .....	8
7.	Pessoal.....	8
8.	Investimentos .....	9
9.	Financiamento .....	10
10.	Gastos .....	10
11.	Rendimentos .....	14
12.	Resultados.....	15
13.	Perspetivas para 2017 .....	15
14.	Agradecimentos .....	16



*[Assinatura]*

## 1. Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ANGELO FERREIRA PINTO" é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possuí as seguintes respostas sociais:

Creche, Pré-escolar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI).

## 2. Síntese

Como Instituição de Solidariedade que somos, o nosso foco centra-se primordialmente nos nossos 253 utentes, mas também nos cerca de 100 colaboradores que direta ou indiretamente trabalham connosco.

Desde a constituição que procuramos ser uma Instituição de referência e por essa razão apostamos numa melhoria contínua dos espaços e dos vários departamentos que compõem a Instituição.

No ano de 2017, foram feitos investimentos nos edifícios, em equipamento básico, em equipamentos e programas informáticos e foram contratados novos colaboradores, com o objetivo de proporcionar melhores condições às crianças e aos idosos que nos são confiados.

A dimensão atual da nossa Instituição, gera um grande número de situações que é necessário dar resposta e exige cada vez mais que sejam tidos em conta métodos de gestão capazes de melhorar os serviços que prestamos.

O resultado líquido de 2017 é reflexo dessa gestão cuidada, criteriosa e acima de tudo controlada.

Embora o resultado líquido de 2017 tenha sido bastante mais baixo do que o do exercício anterior, basicamente por efeito do aumento dos gastos com pessoal, representa o objetivo atrás referido de melhoria a que a Instituição se propõe.



### 3. Volume de negócios

Em 2017, o volume de negócios apresentou um ligeiro aumento na ordem dos 3,7%. Esta percentagem justifica-se pelo fato de não se terem verificado oscilações significativas na média anual de utentes, conforme referido na Nota 4. As valências que registaram as maiores subidas, foram o Pré-escolar e o Centro de Dia, enquanto que a valência do Centro de Convívio registou a maior descida.

Detalhe:

Área	2017	2016	Variação
<b>Infância</b>			
Creche I	65 527,25 €	65 338,75 €	0,29%
Creche II	34 022,25 €	32 480,00 €	4,75%
Pré-escolar	110 127,50 €	101 585,50 €	8,41%
<i>Subtotal</i>	<b>209 677,00 €</b>	<b>199 404,25 €</b>	
<b>Sénior</b>			
Centro de dia	60 958,34 €	56 988,98 €	6,97%
Centro de Convívio	3 710,95 €	4 587,00 €	-19,10%
ERPI	709 055,56 €	686 687,21 €	3,26%
<i>Subtotal</i>	<b>773 724,85 €</b>	<b>748 263,19 €</b>	
<b>Total</b>	<b>983 401,85 €</b>	<b>947 667,44 €</b>	<b>3,77%</b>



*RR  
S  
JAN/17*

#### 4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3<sup>a</sup> idade. A média anual de utentes foi de 253, um aumento de 1% comparativamente a 2016 em que a média se cifrava em 250. Para estes 253 utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
<b>Infância</b>			
Creche I	35	35	41
Creche II	28	28	35
Pré-escolar	74	75	75
	<i>Subtotal</i>	<b>137</b>	<b>138</b>
			<b>151</b>
<b>Sénior</b>			
Centro de dia	36	30	60
Centro de Convívio	20	20	20
ERPI	60	30	60
	<i>Subtotal</i>	<b>116</b>	<b>80</b>
			<b>140</b>
	<b>Total</b>	<b>253</b>	<b>218</b>
			<b>291</b>



## 5. Eventos e atividades

No decorrer do ano de 2017, cada uma das áreas organizou e desenvolveu/comemorou várias atividades.

De entre as muitas atividades, destacam-se as seguintes:

### Infância

Mês	Atividade
Janeiro	Dia de Reis
Fevereiro	Desfile de Carnaval
Março	Semana aberta alusiva ao Dia do Pai Dia Mundial da Floresta
Abril	Páscoa
Maio	Semana aberta alusiva ao Dia da Mãe Dia da Família
Junho	Dia da Criança Festas de final do ano letivo Audição das atividades do Inglês e Música Passeio de Final do Ano Letivo Comemoração do início do Verão
Julho	Semana alusiva ao Dia dos Avós
Setembro	Comemoração do início do Outono
Outubro	Dia da Alimentação Dia Mundial da 3ª Idade
Novembro	Convívio com os pais alusivo ao São Martinho
Dezembro	Festa de Natal Comemoração do início do Inverno



T.R.  
J.M.

## Sénior

Mês	Atividade
Fevereiro	Dia de S. Valentim Carnaval
Março	Dia Internacional da Mulher Dia do Pai Dia da Primavera e da Poesia
Abril	Apresentação de uma peça de teatro Dia Mundial do Livro Páscoa Peregrinação a Fátima Dia Europeu da Solidariedade entre gerações
Maio	Dia da Mãe Participação no Focus Group "Matosinhos Cidade Amiga das Pessoas Idosas" Dia dos Monumentos-Sessão histórica com historiador Joel Cleto Dia Mundial da Família Dia do Abraço
Junho	Dia Mundial da Criança
Julho	Dia Mundial do Amigo Dia Mundial dos Avós Caminhadas/Idas à praia Comemoração do dia dos Avós
Agosto	Dia Internacional da Solidariedade Dia Mundial da Alfabetização Dia Mundial da doença de Alzheimer
Outubro	Dia do Idoso Dia Mundial da Alimentação Atuação da banda da GNR Dia Mundial da 3ª Idade Dia de Halloween
Novembro	Dia de S.Martinho Dia Mundial da Diabetes
Dezembro	Decoração do Centro de Dia Festa de Natal da área Sénior Exposição de trabalhos realizados pelos idosos



### Breve referência aos eventos comuns a todas as valências

#### Janeiro

- Visita à Instituição do Sr Bispo Auxiliar D. Pio Alves;
- Comemoração do 29º aniversário da Instituição

#### Fevereiro

- Receção de alunos de Erasmus vindos da Holanda

#### Maio

- Receção de alunos de Erasmus vindos da Alemanha

#### Junho

- Comemoração de S. João

#### Julho

- Comemoração do 2º aniversário da valência ERPI

#### Outubro

- Realização do 3º Congresso nacional, subordinado ao tema Educar Hoje – Coração ou Razão.

Desde o ano de 2015, que a Instituição organiza e realiza um Congresso Nacional.

Tendo como objetivo direcionar este tipo de evento para as duas áreas de intervenção da Instituição, desta feita, o tema escolhido foi inteiramente dedicado à área da Infância. Recorde-se que o 1º Congresso Nacional, foi dedicado à área sénior e o 2º às duas áreas em comum.

À semelhança dos anteriormente organizados, o Congresso revelou-se muito gratificante, nos conhecimentos transmitidos, na divulgação do Centro Padre Ângelo e na motivação dos colaboradores que nele participaram.



## 6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.

## 7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve quer em 2017, quer em 2016, em média 70 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram 7 pessoas integradas em programas subsidiados pelo instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). A bolsa ocupacional é comparticipada pelo IEFP em 50%, o subsídio de transporte, alimentação e seguro são encargo da Instituição.

Além dos 70 colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

- Alimentação;
- Limpeza;
- Lavandaria;
- Medicina;
- Enfermagem;
- Fisioterapia;
- Podologia;
- Nutrição;
- Advocacia;
- Consultoria financeira.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 19 postos de trabalho.



## 8. Investimentos

Durante o ano de 2017, o montante de investimentos feito ascendeu a 232.249,12€

Rubrica	Montante
Edifícios e Outras Construções	215 026,39 €
Equipamento básico	8 435,39 €
Equipamento administrativo	8 787,34 €
<b>Total</b>	<b>232 249,12 €</b>

O ano de 2017, foi caracterizado por um forte investimento por parte da Instituição, sendo que o maior dispêndio foi feito na rubrica de Edifícios e Outras Construções.

Foi substituída toda a caixilharia existente de madeira, nos edifícios do Pré-escolar, Creches, Centro de Dia e Centro de Convívio, por caixilharia em PVC, de forma a melhorar prioritariamente as condições de habitabilidade dos nossos utentes, mas também a eficiência energética dos edifícios.

Este investimento foi efetuado, inteiramente com recursos a capitais próprios.

A Instituição, deu ainda início a uma obra de fecho de um espaço existente no edifício, colocando para o efeito um envidraçado. À data do encerramento do exercício, esta obra ainda não estava finalizada, mantendo-se em imobilizações em curso e perfazendo-se um montante de 125.166,60€.

Para a execução desta obra, foi recebido um subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos, no montante de 100.000,00€.

Foi também adquirida uma solução tecnológica inovadora, denominada "Sios Life" que possibilita aos nossos idosos ultrapassar os desafios próprios do envelhecimento.



*[Handwritten signature]*

## 9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da Segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram o montante de 127.945,98€. Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

Durante o ano de 2017, a Instituição cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a Instituição bancária.

## 10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 1.875.044,48€, representando um acréscimo de cerca de 11,5% face a 2016.





*[Handwritten signature]*

No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, a rubrica de Gastos c/pessoal representa o maior acréscimo, cerca de 18,6%. Esta variação é justificada pelo aumento da RMG e pelo fato de, no exercício anterior, a Instituição ter recebido incentivos do IEFP, pela contratação de colaboradores. A contabilização desses incentivos, reduziu o valor efetivo com esses gastos no ano de 2016.

Gastos 2016	
Juros e gastos similares suportados	14 616,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	255 117,70
Outros Gastos e perdas	13 882,53
Gastos c/pessoal	836 810,41
FSE	558 546,73
CMVMC	3 059,58



À data de 31 dezembro de 2017, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoria	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	33
Ajudante de Ação Educativa	13
Ajudante de cozinha	3
Animadora Sócio-Cultural	1
Assistente Social	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	3
Diretora Técnica área Infância	1
Diretora Técnica área Sénior	1
Educador de infância	5
Escriturário	4
Gestor de Informática e Comunicação	1
Psicólogo	2
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	4
<b>Total</b>	<b>74</b>



No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

Conta	Valor	%
Subcontratos	307 731,98 €	52,86%
Serviços especializados	107 183,20 €	18,41%
Materiais	34 620,97 €	5,95%
Energia e Fluídos	58 293,72 €	10,01%
Deslocações, estadas e transportes	453,00 €	0,08%
Serviços diversos	71 731,46 €	12,32%
Encargos com utentes	2 183,91 €	0,38%
<b>Total</b>	<b>582 198,24 €</b>	<b>100,00%</b>

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos e serviços especializados, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE.

A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem e de manutenção.



## 11. Rendimentos

Da análise aos rendimentos de 2017, todas as rubricas apresentaram variações pouco significativas. Excetua-se a rubrica de juros e rendimentos similares obtidos, onde se verificou uma diminuição de 21%, justificada quer pela redução do montante dos depósitos, quer pela descida das taxas de juro dos mesmos.





## Rendimentos 2016

Juros e rendimentos similares obtidos	2 526,35
Outros rendimentos e ganhos	270 686,15
Subsídios, doações e legados à exploração	627 729,39
Vendas e serviços prestados	947 667,44

## 12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2017 foi positivo no montante de 15.446,62€ (Quinze mil quatrocentos quarenta seis euros e sessenta e dois céntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

## 13. Perspetivas para 2018

Para o ano de 2018, prevê-se a continuidade das operações em todas as valências, de forma que os compromissos assumidos e os que se possam vir a ser assumidos estejam garantidos.

Será de realçar o pedido de alargamento da ERPI feito ao Instituto da Segurança Social, cujo parecer técnico foi positivo, estando apenas a aguardar o fecho a nível nacional do programa POPH, pois no âmbito deste programa o n/processo individual está concluído/encerrado.

Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Conclusão da obra de transformação do espaço aberto em espaço fechado, iniciada em 2017;



- Instalação de painéis fotovoltaicos para produção de energia com consequente redução da fatura energética atual;

#### **14. Agradecimentos**

Aos nossos utentes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos fornecedores e outros parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a serem elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 26 de março de 2018

#### **A DIREÇÃO**

**Presidente** – Sr. Padre José António de Sousa Barros

**Vice-Presidente** – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

**Secretário** – Dr. José Luís Cortês da Cunha Leão

**Tesoureiro** – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa